

OS AFRICANOS NA SOCIEDADE PORTUGUESA: FORMAS DE INTEGRAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE IMAGINÁRIOS (SÉCULOS XV-XX) INVENTÁRIO DE PROBLEMÁTICAS *

ISABEL CASTRO HENRIQUES**

As complexas relações de Portugal com outros homens, com outras culturas, com outros mundos, constituem uma questão indispensável para o estudo da estruturação da nação, da construção das identidades, da compreensão do que somos enquanto portugueses, de ontem e de hoje. A África e os africanos ocupam um lugar primacial nesta problemática, pela longa duração dos contactos, pela natureza das formas relacionais, pela força da sua presença no imaginário português.

Se cabe à História fornecer os elementos indispensáveis à compreensão do passado, permitindo não só organizar a memória dos homens e das sociedades, mas definir e identificar as sucessivas heranças que se foram consolidando ao longo dos tempos e que formam hoje os muitos patrimónios das muitas humanidades, é dever de todos nós reflectir sobre as maneiras como fomos aceitando, integrando, recusando, refazendo, mestiçando, em função do nosso quadro social e cultural, aquilo que os Outros nos deixaram, directa ou indirectamente, como vestígios materiais, culturais, espirituais, ou na imaterialidade dos nossos quotidianos.

* Este texto é uma síntese da Conferência de Abertura que proferi no Colóquio *Representações de África e dos Africanos na História e Cultura (séculos XV-XX)*. A sua dimensão, estrutura e diversidade de documentos iconográficos então apresentados e interpretados são incompatíveis com a natureza e o equilíbrio desta publicação. Sobre esta questão, ver o meu estudo *A Herança africana em Portugal – séculos XV- XX*, Lisboa, Edições CTT, 2009.

** Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Quando pensamos o nosso património temos presente a ideia de um bem vivo e dinâmico, que garante a autonomia de uma identidade própria. Conhecer esse património implica o estudo das muitas heranças que nos foram deixadas por todos aqueles que se instalaram em Portugal. Implica também analisar a maneira como as vimos e vemos, as quisemos e queremos, as integrámos e integramos. A herança não é apenas aquilo que os outros nos transmitem, mas o que nós elaboramos a partir dos elementos que recebemos ou julgamos receber, isto é, da forma como os interpretamos.

Nós e os Outros: presenças valorizadas, presenças esquecidas

Começemos por sublinhar a existência de várias presenças e a necessidade de definir as muitas heranças, umas mais vigorosas do que outras, que se foram sedimentando ao longo dos séculos, registadas numa grande variedade de fontes escritas e cartográficas, mas também em documentos materiais e iconográficos, como a pintura, a escultura, o desenho, a gravura, a litografia, o azulejo, a cerâmica: a história revela-nos as suas marcas, contidas, de forma estruturante, na organização da sociedade portuguesa [Figura 1].

É hoje relativamente fácil propor uma teoria das populações que chegaram à Península Ibérica, por terra ou por mar, registando-se duas colonizações significativas como a romana e a árabe, que deixaram inúmeras marcas pelo país fora, incluindo pontes e estradas, edifícios públicos e vilas privadas, formas linguísticas e artísticas, religiões, formas de organização social, sistemas de produção e técnicas de natureza diversa (como as agrícolas). Ambos os grupos ocuparam o espaço peninsular utilizando os seus exércitos, assegurando a colonização dos territórios e cumprindo projectos políticos próprios e complexos. Se as contribuições de romanos e de árabes para a construção do património português são o resultado dessas operações colectivas pensadas e organizadas, a herança africana em Portugal diferiu de qualquer outra. A longa duração da presença de africanos no país constituiu um elemento diferenciador fundamental, os processos que geraram essa presença inscrevendo-se numa lógica não só diferente, mas antagónica: na maioria dos casos, os homens, mulheres e crianças de África não vieram de livre vontade, mas foram capturados ou comprados no litoral do continente africano, para serem desembarcados como escravos no extremo ocidental do fragmento ibérico da Europa. Despojados de tudo, os africanos marcaram fortemente a sociedade portuguesa, mesmo se essas marcas são frequentemente pouco visíveis: não construíram estradas nem monumentos, mas os quotidianos portugueses revelam a presença constante dos africanos livres ou escravos [Figura 2].

Herança invisível, herança fragilmente materializada, está ela presente, de forma consciente ou inconsciente, num mundo de imagens e de ideias feitas que se foi lentamente consolidando no espírito dos portugueses.

A integração de milhões de africanos no país deixou inexoravelmente sinais directos ou indirectos na memória, no imaginário, nos lugares portugueses: se a visibilidade dessa presença nem sempre aparece claramente delineada, uma análise mais sistemática, revela a densidade da herança africana na organização do país: no trabalho e na produção, na língua, na religião, na festa, na música e na dança, no corpo e na sexualidade, na toponímia.

Estudar a singularidade desta presença e desta herança, que modelou o património cultural e histórico português, obriga a uma análise tão ampla quanto rigorosa do percurso multifacetado dos africanos em Portugal. Mobilizando a história e a memória, esta reflexão deve contribuir para dar a conhecer o teor de uma herança muito diversa e pouco estudada, marcada pela criação de formas sincréticas inéditas e de uma “contra-herança” - que é também uma herança -, que se traduziu na consolidação de imagens, de estereótipos e de preconceitos resultantes da natureza das relações seculares entre portugueses e africanos. Se a dificuldade em entender o africano não pôde deixar de se registar, dadas as diferenças civilizacionais, podemos verificar, através dos documentos, a complexidade dos processos de integração/rejeição deste Outro, que participou de maneira constante nas inevitáveis dinâmicas de mudança da sociedade portuguesa.

Historicamente, a memória da presença africana ter-se-á começado a organizar no século XIII, quando encontramos referências a esta população na Península Ibérica e mais particularmente no território galego. Trata-se de uma memória escrita, que possui a qualidade de definir as condições em que nasceram alguns preconceitos que tanto evocam a estrutura física dos homens, cujos corpos são desvalorizados devido, primeiro, à cor dita negra ou preta, depois aos outros caracteres somáticos considerados negativos que os aproximam dos animais, opondo-os à superioridade do corpo da norma que só pode ser branco. Esta lógica do corpo e da cor, se permite que os africanos organizem as suas vidas, não deixa por isso de constituir um obstáculo à sua plena integração na sociedade dos homens [Figura 3].

Estes preconceitos pertencem à criação de um imaginário aplicado durante séculos aos africanos e que ainda não desapareceu inteiramente, reactualizado pela dominação e pelas guerras coloniais dos finais do século XIX e do século XX. A memória gráfica dos portugueses do século passado, marcada pela violência da exclusão por via de anedotas, de caricaturas, de contos infantis e juvenis, de histórias grotescas e monstruosas, de ideias absurdas como a da antropofagia e da inadequação aos valores da civilização, ainda não eliminou totalmente esta grelha classificatória, para aceitar representar os africanos como “homens normais”: as coisas passam-se como se a inteligência estivesse inscrita no próprio corpo, o dos africanos, não favorecendo a sua afirmação [Figura 4].

A desvalorização do africano e a revisão das grelhas classificatórias

Presença multissecular em Portugal, os africanos, as suas culturas e as suas formas de participação na sociedade portuguesa constituem uma lacuna singular no campo de conhecimento histórico português, o mesmo podendo dizer-se no que respeita à Europa ocidental, cujas relações com África se inscrevem também num quadro de longa duração. Trata-se de uma situação reveladora de uma ausência de interesse e de valorização dos africanos, que exige reflexão e sobretudo a revisão das operações classificatórias que marcaram e hierarquizaram as humanidades a partir do século XIX.

Situar o problema classificatório do Mesmo e do Outro na história, isto é, extraí-lo da trama histórica que o dilui ou silencia, tornando-o objecto autónomo de estudo, constitui a primeira operação indispensável ao reforço do conhecimento, impondo a análise rigorosa das grelhas classificatórias elaboradas pela Europa para definir as realidades outras. Se todos os actos classificatórios visam reduzir a diferença para poder compreender, integrar ou dominar o Outro, no caso da Europa – o exemplo português devendo aqui ser entendido como a metonímia dos europeus – e do Outro africano, as operações de classificação não só pretendem eliminar as distâncias socio-culturais, integrando o Outro no sistema de valores, de crenças e de ideias, de práticas culturais e sociais ocidentais, mas também proceder a uma amputação da sua originalidade cultural, da sua identidade social e política, rejeitando qualquer autonomia histórica [Figura 5].

Estes pressupostos teóricos exigem uma leitura atenta da articulação entre a fabricação europeia de categorias classificatórias e as diferentes conjunturas históricas, portadoras de projectos e de experiências diversas, que incluíam a África e os africanos.

A dimensão histórica do processo de construção, consolidação, renovação, recuperação, eliminação, modificação de grelhas classificatórias permite-nos compreender o modo como se foi sedimentando no imaginário europeu/português, desde o século XV e sobretudo nos séculos XIX e XX, a desvalorização dos africanos.

Estes elementos pretendem sobretudo por em evidência a necessidade de pensar o processo classificatório das organizações humanas como um percurso europeu estruturado, mas onde se cruzam ideias, mitos, saberes e experiências, de origem diferente, que confluíram ao longo dos séculos, propiciando frequentemente resultados surpreendentes e dramáticos: quem, há um século atrás – excluindo os fundadores afro-americanos do pan-africanismo como Blyden (1832-1912), Marcus Garvey (1885-1940) ou DuBois (1868-1963) – pensaria o Egipto como parte integrante da África, valorizando assim as civilizações africanas e não, como aconteceu, considerando o continente “negro” como o espaço absoluto da negatividade, como o definiu Hegel nas primeiras décadas do século XIX: sem Deus, sem lei, sem escrita, sem história?

Se, por um lado, o processo classificatório apresenta linhas de continuidade que se prendem com o próprio desenvolvimento da ciência europeia, por outro, reflecte ele as diferentes conjunturas resultantes das modificações que marcaram as relações entre europeus e africanos. Estas modificações, aparentemente profundas, inscrevem-se numa linha estruturante de longa duração, confluindo no mesmo sentido embora de maneiras diferentes, levando ao reforço da densidade da valorização do Mesmo (europeu) e da desvalorização do Outro (africano), fixando códigos negativos de leitura do africano negro, através dos séculos até aos dias de hoje.

Estratégias de integração e marcadores culturais africanos na sociedade portuguesa

A visão redutora do homem negro, o preconceito, essa “contra-herança” robusta, que construímos e deixámos consolidar, não impediu que os africanos, escravos ou livres, oriundos de regiões e de culturas africanas diversas, se tornassem uma presença estruturante da sociedade portuguesa, integrando-se nas mais variadas esferas da vida social e cultural do país [Figura 6].

Presentes em todo o país, de norte a sul, no litoral e no interior, os africanos desempenham um número amplo de tarefas diversas e indispensáveis à organização e à gestão da sociedade portuguesa, quer nos campos, quer nas cidades, quer ainda nos empreendimentos marítimo-coloniais desenvolvidos pelos portugueses, em particular como marinheiros nas caravelas portuguesas. Se a grande maioria das actividades domésticas lhes é atribuída, também os trabalhos agrícolas e piscatórios, as actividades artesanais e as tarefas comerciais, como a venda dos produtos essenciais às populações, caracterizam as suas esferas de integração e de participação na vida das comunidades onde se inserem. Registe-se, por exemplo, a sua intervenção constante e essencial na manutenção das estruturas urbanas - como o fornecimento de água, a eliminação dos detritos, a limpeza das ruas, o transporte -, das quais dependiam as cidades e vilas portuguesas.

Mas desde o século XV, quando começam a chegar em massa ao país, trazidos nos barcos da escravatura, os africanos procuraram também aderir às formas sociais e religiosas portuguesas, aceitando nome cristão, corpo vestido, língua portuguesa (mesmo se rotulada de “língua de preto”), casamento cristão, relações afectivas, organizações, práticas e festas católicas [Figura 7], eventos lúdicos e políticos, participando mesmo nos exércitos portugueses, como aconteceu, no século XVII, com o exército do Prior do Crato contra os castelhanos, introduzindo marcas da sua singularidade cultural na vida portuguesa.

Esta adesão, estratégica à sua sobrevivência, não os impediu de criar os mecanismos destinados a preservar os valores fundamentais da sua identidade africana e da sua memória histórica, através das festas, das danças, das músicas [Figura 8], das suas “magias”, que suscitavam a adesão e o entusiasmo dos

portugueses, conduzindo à criação e à consolidação de formas sincréticas, religiosas e culturais, que persistiram nos imaginários e nas práticas dos portugueses [Figura 9].

A integração não elimina contudo a violência: a repressão e a desumanização de africanos-escravos, animalizados – a “criação de escravos” como se de animais se tratasse, prática que se traduzia na produção e comercialização de africanos –, constituem também elementos marcantes desta herança, que deixou vestígios até ao século XIX [Figura 10].

Neste inventário das heranças africanas, é conveniente reter o carácter inédito, e provavelmente único na Europa, do *Mocambo* de Lisboa, hoje a Madragoa. Bairro da cidade – por alvará régio de 1593 –, cuja designação remete para uma língua de Angola (o umbundo), é, desde os finais de Quinhentos, um espaço urbano onde os africanos, livres e escravos se instalam, e onde, a partir do século XVII, coabitam com portugueses, sobretudo gente ligada às actividades do mar [Figura 11].

Pouco a pouco, os africanos abandonam esse espaço urbano, após as medidas do Marquês de Pombal que proíbem a importação de escravos africanos no país e abolem a escravatura em Portugal (1773). A desapareção do *Mocambo* de Lisboa é progressiva e rápida, transformando-se em Travessa do Mocambo no século XIX e desaparecendo na segunda metade de Oitocentos [Figura 12].

Um dos problemas menos tratados, mas muito significativo, reside na produção de mulatos. Semelhante questão irrompera em S. Tomé, quando os pais dos mulatos se dirigiram ao rei para que os seus filhos fossem libertos da escravidão. D. João II libertou-os, assim como às mães, que puderam trabalhar como regateiras. A questão não ficou então resolvida e só a partir dos finais do século XVIII se verificam algumas operações que permitem aos mulatos, tão portugueses como os outros, vencer a dureza dos preconceitos [Figura 13].

Mas os caracteres somáticos davam origem a um estatuto de manifesta e constante inferioridade, reforçada no século XIX pela ciência, isto é, pelo desenvolvimento da antropologia física, da craniologia e da hierarquização das “raças”, de que Oliveira Martins é, em Portugal, o pensador mais representativo.

O século XX e a dominação colonial, sobretudo a partir de 1926, impuseram a necessidade de levar a cabo operações destinadas a desvalorizar o africano, assim como as suas práticas civilizacionais, organizando exposições coloniais – uma espécie de “jardins zoológicos” humanos -, como aconteceu no Porto, em 1934 e em Lisboa, em 1940. Mostrava-se, assim, o carácter primitivo dos africanos e, naturalmente, as vantagens da colonização portuguesa. Tal situação traduziu-se no reforço das ideias secularmente enraizadas no imaginário português, em que o somático, “o preto”, e o social, “o escravo”, se articulavam para definir o africano. As guerras coloniais reforçaram a ideia da sua selvajaria, transformando o antropófago em terrorista [Figura 14].

O fim da dominação colonial trouxe novas formas de relacionamento que a toponímia do país inteiro lembra de forma inequívoca. Em Lisboa, por exemplo,

os nomes das antigas colónias e das cidades coloniais vivem hoje, lado a lado, com as referências dos chefes africanos, inimigos de um passado muito recente, e com as marcas da presença histórica africana, reveladoras das muitas conjunturas que definiram as relações seculares entre portugueses e africanos [Figura 15].

Também as operações de autonomia identitária de todos os falantes de português, as políticas mais inovadoras de um Portugal democrático alteraram de maneira constante e definitiva os homens e as sociedades. Se alguns preconceitos e estereótipos organizam ainda a maneira portuguesa de olhar o homem “negro”, estão eles em via – lentamente – de se dissolver numa cultura de adesão a formas africanizadas.

A nossa atenção de cidadãos do século XXI deve estar sempre activa perante a actualidade, mas devemos também consultar a nossa história e a nossa memória individual e colectiva para aí encontrar o inventário das muitas heranças que, de maneira silenciosa, os africanos nos deixaram, frequentemente sob a forma de sincretismos, que põem em evidência as estratégias africanas de adequação à realidade portuguesa, mas também a adesão dos portugueses às práticas africanas [Figura 16].

E porque, como diz Edgar Morin, “o homem é um fabricante de mudança”, um criador constante, “a mudança (sendo) indispensável à sobrevivência das sociedades”, os portugueses foram reconstruindo a sua identidade e estruturando a sociedade, recorrendo e integrando os muitos marcadores culturais dos Outros. Se os africanos procuraram “africanizar” as propostas portuguesas para melhor as poderem viver, os portugueses “portugalizaram” singularidades culturais africanas que lhes permitiram inovar os espaços físicos e os imaginários, o resultado sendo a criação de formas culturais inovadoras, gozando de uma autonomia própria, específica, original, que marcam hoje o património português.

FIGURAS



Figura 1 – *O Chafariz d’El-Rei* no século XVI.



Figura 2 – Grilhetas de ferro..



Figura 3 – Cabeça de africano.



Figura 4 – Publicidade do sabonete Arêgos.



Figura 5 – Os pretos de São Jorge



Figura 6 – Peditório na festa de Nossa Senhora da Atalaia.



Figura 7 – Altar dos santos pretinhos, Sé de Braga.

GRANDE SUCESSO
 Domingo 17 de Setembro de 1882
ASSOMBROSA FESTA
 Na Travessa do Outeiro á Rua da Bella Vista á Lapa
ACCLAMAÇÃO E COROAÇÃO
 DA NOVA RAINHA DO CONGO, MARIA AMALIA I.^a
Grande festa da cõrte do Congo



Os bailes da Rainha do Congo

Figura 8 – Baile da Rainha do Congo (anúncio).

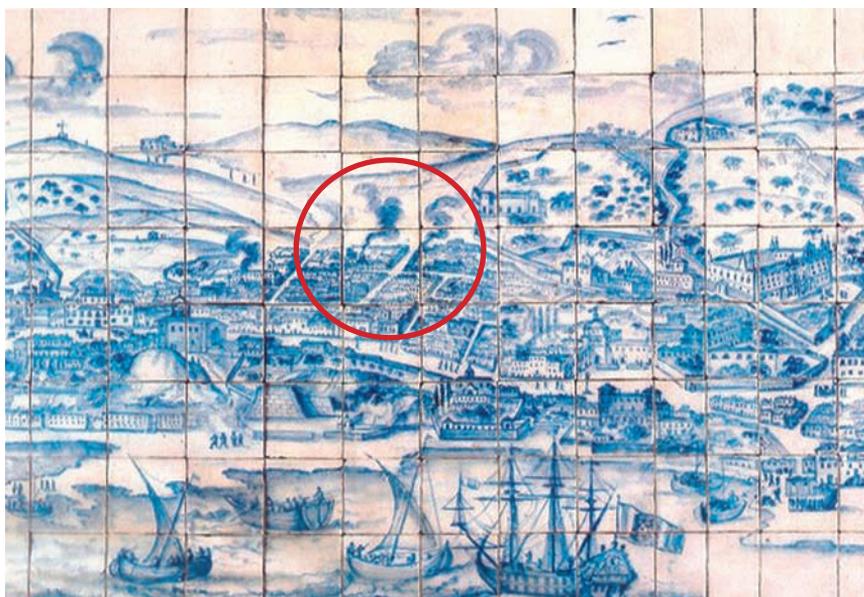


Figura 11 – Grande Vista de Lisboa – Bairro do Mocambo.

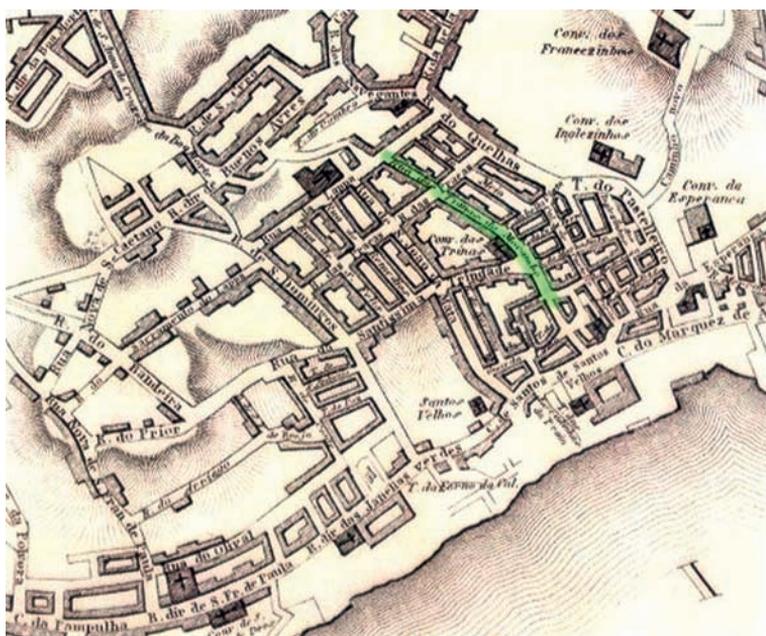
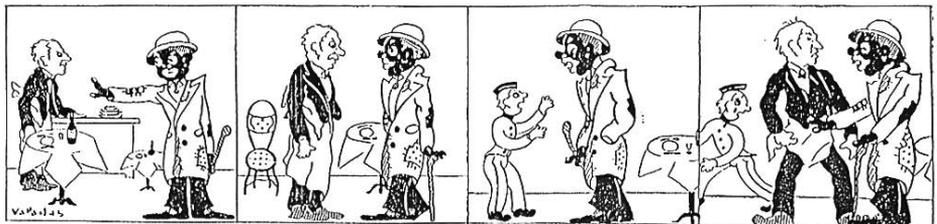


Figura 12 – Travessa do Mocambo (1844).



Figura 13 – O médico português Sousa Martins.

O almoço do antropófago



Uma vez, certa manhã, um preto mal encarado entrou num bom «restaurant» e chamou pelo criado

O pretalhão era horrendo. Tinha péssima aparência. Diz-lhe o criado, tremendo: — O que quer Vocelência?—

Nisto, o «groom» apareceu a tirar-lhe o sobretudo e o pretalhão respondeu, mostrando o seu dente agudo:

— Quero comer peixe frito, paio, sardinha em latas, mais aquele «groomezito» guisadinho com batatas. I. C.

— 10 —

Figura 14 – O almoço do antropófago.



Figura 15 – As Áfricas na toponímia lisboeta.



Figura 16 – O Largo de São Domingos, em Lisboa.

LEGENDAS ANEXAS ÀS FIGURAS

Figura 1

Este quadro, que se supõe datar de 1570-1580, inscreve-se na linhagem da pintura do Norte da Europa da segunda metade do século XVI consagrada a cenas urbanas. Se do ponto de vista da qualidade pictórica se revela algo medíocre, em contrapartida põe em evidência a integração dos africanos na vida da cidade, desempenhando tarefas de natureza muito diversa. A flexibilidade da composição permite proceder ao inventário das práticas lisboetas, inscritas num espaço limitado atrás pelas construções na velha Ribeira das Naus, sendo o primeiro plano consagrado às actividades marítimas. Algumas cenas são inusitadas como, sempre no primeiro plano, um africano ao leme de uma pequena embarcação, enquanto o colega toca pandeireta para tornar mais doce a relação amorosa dos dois passageiros brancos. O quadro concentra uma multidão misturando vários grupos sociais, onde se destaca uma grande quantidade de africanos desempenhando as mais diversas tarefas. À cabeça de muitos deles vemos as famosas calhandras cheias de detritos, mas também podemos observar africanos que carregam água para os seus senhores, outros descarregando as embarcações e um outro ainda, bêbado (?), sendo levado para a cadeia. Saliente-se a figura de um escravo negro carregando uma corrente de ferro que o prende do pescoço aos pés. Duas imagens surpreendentes integram esta composição: no primeiro plano, mas em terra, é mostrado um africano a cavalo com o hábito da Ordem de Santiago; no segundo plano, no baile, podemos ver um par dançante formado por um homem preto e uma mulher branca! Às janelas, as burguesas contemplam a cena, que devia ser barulhenta, muito “perfumada”, marcada pela música e pela dança.

O Chafariz d’El-Rei no séc. XVI. Pintura de autor desconhecido, Países Baixos. Colecção Berardo, Lisboa

Figura 2

Esta “grilheta de ferro com duas argolas ligadas por uma corrente de ferro”, permite impedir que o escravo possa sequer tentar uma fuga, pois um pé fica ligado ou à mão ou ao pescoço, através das duas argolas existentes. Peça oferecida por João Pinto Simões a José Leite de Vasconcelos, em 1914.

IMC, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa.

Figura 3

Integrada na decoração do Claustro do Mosteiro dos Jerónimos, esta modelagem mostra apenas o busto, visto de perfil, de um africano cuja identificação se torna possível graças ao cabelo revoltado, ao nariz achatado e aos lábios espessos. Esta maneira de ver os africanos, que aposta na leitura fisionómica da figura, permitindo também a enumeração das suas actividades e do seu estatuto, começou a organizar-se no século XIII, prolongando-se praticamente até aos dias de hoje.

Figura 4

O choque principal entre europeus e africanos é somático: a pele negra remete para as figuras diabólicas, embora possa ser não só atenuada, mas modificada graças à utilização de um bom sabonete europeu. A ingenuidade carinhosa de uma criança branca e loira, utilizando o sabonete Aregos, permite dissolver uma boa parte da negrura do africano, utilizando uma cartola e um laço. O sonho do embranquecimento, já presente no século XVI nas peças de Gil Vicente, é assim reatualizado nesta publicidade corrente na Europa da primeira metade do século XX.

Cartaz por ETP – Empresa Técnica Publicitária Film Gráfica Caldevilla, c. 1917.

Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa.

Figura 5

No século XIX, dando continuidade a uma longa tradição secular, os africanos continuavam a ser considerados como particularmente dotados para a música. Esta orquestra dos cinco músicos negros de São Jorge, talhados em madeira, associando os instrumentos de sopro aos de rufo - duas trombetas, uma flauta e dois tambores-, mostra a integração dos africanos, envergando os trajes tradicionais, na festa do *Corpus Christi*. Esta participação, marcada pela exuberância cromática do vestuário, assim como o florão azul e branco – cores nacionais de então – e dos bicórnios dos músicos, fizeram dos “Pretos de São Jorge”, um dos atractivos mais conhecidos desta cerimónia católica.

Museu da Cidade, Câmara Municipal de Lisboa.

Figura 6

Os africanos lisboetas não desconheciam as técnicas da publicidade, organizando o peditório para a festa de Nossa Senhora da Atalaia. A gravura concentrou muito habilmente os quatro aspectos mais relevantes (da esquerda para a direita): o encarregado de abordar os transeuntes para obter a esmola; o portador da imagem da Senhora, que deve ser beijada pelos crentes, que são também os contribuintes para a festa; o tocador do tambor (zé-pereira), acompanhado por um tocador de rabeca; o quarto grupo é formado por dois dançarinos, vendo-se os seios volumosos da mulher. A cena está enquadrada, à esquerda, por dois cães que, de goela aberta, ameaçam os africanos; à direita, instalados nas varandas, há vários europeus que, aparentemente com prazer, observam a cena. Registem-se as censuras redigidas por autores estrangeiros escandalizados pelas festas africanas, mas sobretudo pela adesão portuguesa. Um anónimo inglês dos primeiros anos do século XIX descrevia um peditório de Nossa Senhora da Atalaia dizendo que os africanos “tocam o tambor e a rabeca (para) chamar a atenção dos moradores, que acorrem às janelas e varandas para gozar o espectáculo do lascivo e mesmo frenético lundum, dançado por um negro e uma negra com movimentos e corpo que [...] deixariam constrangidas pessoas mais sensíveis; os portugueses, no entanto, são tão fanáticos por essa dança [...] que não resistem ao prazer de admirá-la, mesmo quando levada a extremos por seus curiosos criadores”. Esta descrição é completada por outra, também inglesa, do mesmo período, que critica a participação activa dos “portugueses (que) costumavam entregar-se a essa dança em clima de tal frenesi, que chegavam ao final em clima de possessão...”.

Litografia colorida de *Sketches of Portuguese Life...*, Londres, 1826.

Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa.

Figura 7

No altar dedicado aos “santos pretinhos”, na capela de Nossa Senhora da Piedade, situada nos claustros da Sé de Braga, podem ver-se, ladeando a Santa, os quatro santos negros que se encontram em altares de diversas igrejas portuguesas, venerados por africanos, mas também por portugueses: São Benedicto, Santa Ifigénia, Santo Elesbão e Santo António de Noto.

Figura 8

Folha volante que circulou em Lisboa, anunciando mais uma “assombrosa festa”, durante a qual se procederia à aclamação e coroação da nova Rainha do Congo, Maria Amália I, salientando tratar-se de grande festa da corte do Congo. João Jardim de Vilhena, muito novo, assistiu a essa “festa régia, com entradas pagas e a concessão, pela Rainha, de mercês honoríficas a quem provasse ser filho da sua gente, mediante espórtula grande e que o diploma desenhado por Manuel de Macedo fosse pago por bom preço”.

Publicado em *O António Maria*, de 21 de Setembro de 1882.

Hemeroteca Municipal, Câmara Municipal de Lisboa.

Figura 9

Há séculos que entre nós, tanto em Lisboa como noutras cidades, se regista uma forte adesão dos portugueses, mesmo católicos, às práticas de feitiçaria e de adivinhação realizadas pelos “sábios” africanos. Os jornais diários não recusam esta publicidade, mesmo que possa aparecer como enganadora, e os especialistas do Além, homens e mulheres marcados por origens e religiões diferentes integram esta profissão continua florescente em Portugal. A distribuição de “cartões” de publicidade a quem circula no Rossio, anunciando as suas competências, faz parte do quotidiano lisboeta, como é o caso da Mãe Conga e do Professor Mamadu.

Página dedicada a anúncios de astrologia do jornal *Correio da Manhã* (09.07.1997) e publicidade da *Astróloga Mãe Conga*.

Figura 10

Estas duas coleiras, provavelmente do século XVIII, recolhidas por Leite de Vasconcelos, são portuguesas. Uma, originária de Benavente, liga directamente o escravo ao seu proprietário, Luís Cardozo de Mello, e ao lugar, “morador em Benavente”. A outra explícita, através da cor, a origem africana do escravo, embora a sinonímia entre preto e escravo seja bem conhecida: “este preto é de Agostinho de Lafeté do Carvalhal de Óbidos”. Sendo embora raras, estas coleiras animalizam os escravos, a maioria deles africanos negros ou mulatos, assim marcados com objectos utilizados para os manter na esfera animal. Esta coleira mostra, através da grafia, o cuidado que o proprietário punha nestes objectos, não se sabendo se a sua utilização se manteve no século XIX.

IMC, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa.

Figura 11

Os painéis de azulejos, destinados a ocupar superfícies consideráveis, mostram a maneira como a paisagem é construída, de forma a permitir a identificação dos blocos habitacionais, incluindo as zonas verdes, sem casario e com as hortas que forneciam parte da alimentação dos lisboetas. Este

pormenor pertence a um vastíssimo painel de azulejos, fabricado entre 1700 e 1725, apresentando a cidade de Lisboa antes do terramoto. A representação da cidade faz-se uma vez mais a partir do rio, praticamente na outra margem, o que permite inventariar as embarcações que se moviam no Tejo. O pintor acrescenta uma particularidade significativa no primeiro plano: a bandeira da Coroa. O Mocambo integra-se na rede das ruas, largos, becos e caminhos, assinalados também pelas colunas de fumo das olarias que ali teriam funcionado, segundo Paulo Henriques que procedeu ao estudo minucioso deste painel. Sublinhe-se o grande número de conventos – de Nossa Senhora da Soledade ou das Trinas, de Santa Brígida, do Santo Crucifixo, de São Bento, da Estrela, de Santo Alberto, de Nossa Senhora da Porciúncula, das Bernardas, de Nossa Senhora da Esperança –, grandes consumidores e mão-de-obra escrava. O bairro do Mocambo estava por isso integrado num espaço particularmente marcado pelas concentrações de religiosos, homens e mulheres.

Grande Vista de Lisboa, de barro vidrado, majólica, atribuído a Gabriel del Barco, Lisboa.
IMC, Museu Nacional do Azulejo, Lisboa.

Figura 12

Pormenor de um mapa alemão datado de 1844, que segue a matriz de uma carta inglesa de 1833, que permite a visão plena da Travessa do Mocambo, integrada no espaço das Trinas. A passagem do Mocambo de bairro a travessa põe em evidência a perda da sua importância urbana, o que traduz também a desqualificação dos africanos, cada vez menos numerosas nas zonas centrais da cidade.

Gravura de Joseph Meyer.
David Rumsey Map Collection, E.U.A.

Figura 13

O médico português Sousa Martins, mulato, alcançou reputação de curador das feridas, tanto as psíquicas como as físicas, o que deu origem a rituais destinados a pedir-lhe ou a agradecer-lhe a cura para os seus males. A diversidade de objectos que são diariamente colocados aos pés da sua estátua, entre os quais vasos de flores, traduzem, em pleno centro de Lisboa, uma grande devoção e a singular religiosidade dos portugueses, que o consideram um taumaturgo.

Escultura de Costa Mota (tio), no Campo Santana, Lisboa.

Figura 14

Este “almoço do antropófago” adquire todo o seu sentido graças ao comentário escrito. Mas saliente-se a representação caricatural do africano negro europeizado, através do vestuário e da forma de gestão do corpo: mesmo assimilado, não perdeu os seus caracteres congénitos de “selvagem” e de “antropófago”. A ridicularização dos africanos constitui um dos marcadores violentos do colonialismo português, também amplamente difundido nas colónias, como em Angola, onde eram designados por “calcinhas”. Banda desenhada publicada em *O Senhor Doutor*, A I, n.º 46, 27.01.1934, Lisboa.

Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa.

Figura 15

Se um primeiro bloco de imagens assinala algumas ruas de Lisboa que fazem referência explícita à história dos africanos negros na cidade, o segundo representa um conjunto de topónimos integrados

numa espécie de “urbanismo colonial” lisboeta: lugares de memória da história dos portugueses em África. Finalmente, o terceiro bloco dá conta dos antigos chefes “terroristas”, agora heróis a quem a cidade de Lisboa presta homenagem. Estes topónimos que assinalam a mudança do Portugal de Abril de 1974, mostram bem a importância da renovação político-ideológica do país na reorganização da memória.

Figura 16

O Largo de São Domingos, na relação com o Rossio, continua, em Lisboa, a constituir um local preferencial de encontro dos africanos, homens e mulheres, qualquer que seja o sexo, a idade, a origem, a religião, como se pode ver pela presença de islamizados. Assinale-se, por um lado, a Igreja de S. Domingos que, desde as primeiras décadas do século XVI, abriu as portas aos africanos e permitiu a instalação da primeira Confraria de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, que se viria a expandir por todo o país; por outro, as árvores, que, aqui como em África, constituem lugares de atracção, já que continuam a ser formas vegetais que abrigam e concentram os espíritos. Trata-se de uma das permanências mais singulares do comportamento dos africanos, pois o Rossio e o Largo de S. Domingos mantêm-se como o território escolhido para se concentrarem. Tal situação de continuidade permite pensar que a escolha deste local de encontro dos africanos, ao longo dos séculos, mais do que uma memória histórica da importância religiosa e social deste espaço no passado, resulta, hoje, sobretudo de uma tradição oral transmitida de geração em geração.